

# **Expansão e financiamento da educação superior privada no Estado de Minas Gerais - Brasil.**

Maria Rosimary Soares Dos Santos.

Cita:

Maria Rosimary Soares Dos Santos (2017). *Expansão e financiamento da educação superior privada no Estado de Minas Gerais - Brasil. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/1595>

Expansão e financiamento da educação superior privada no Estado de Minas Gerais – Brasil.

Maria Rosimary Soares dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil

[m.rosimary@gmail.com](mailto:m.rosimary@gmail.com)

Mateus Felipe dos Reis – Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil

[mateusfilipereis@gmail.com](mailto:mateusfilipereis@gmail.com)

## **Resumo**

O presente trabalho investiga o setor privado de educação superior, em especial, as particularidades da sua expansão, financiamento e modelos de gestão no Estado de Minas Gerais. Estudos recentes têm apontado como características da expansão da educação superior: o predomínio de instituições empresariais com finalidade lucrativa, a concentração e a inserção dessas instituições no mercado de capitais. Em Minas Gerais, a matrícula privada em Instituições de Educação Superior (IES) isoladas supera o número de alunos matriculados em instituições universitárias. O tipo de instituição responsável pela matrícula é um indicador relevante do modelo de gestão e financiamento do setor privado. O Censo Educacional de 2016 registrou a diminuição do número de IES privadas no estado. Essa redução poderia indicar uma tendência de concentração das IES em grandes conglomerados educacionais, entretanto, os instrumentos oficiais de informação não acompanham o movimento real das IES. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental este estudo indaga quanto às características e dinâmicas do crescimento do ensino superior privado em Minas Gerais. As questões que orientaram o estudo abordam o tipo de instituição privada que se encontra em crescimento e, especialmente, o modelo de financiamento adotado.

**Palavras- Chave:** Expansão, Educação superior privada, Minas Gerais.

## **Abstract**

The present study investigates the private sector of higher education, especially, the particularities of its expansions, financing and management models in the State of Minas Gerais. Recent studies indicate as characteristics of the expansion of the higher education: the predominance of business institutions for profit, the concentration and insertion of these institutions in the market of the capitals. In Minas Gerais, the private enrollment in Higher Education Institutions (HEI) alone surpasses the number of students registered in college institutions. The type of institution responsible for the registrations is a relevant indicator of the management model and financing in the private sector. The Educational Census from 2016 registered a decrease in the number of private HEI in the state. This decrease could indicate a tendency in the concentration of the HEI in big education conglomerates, however, the official information devices don't follow the real movements from the HEI. Through bibliographic and documentary research this study inquire about the characteristics and dynamics of the private higher education growth in Minas Gerais. The questions that directed the study approach the type of private institution that is growing and, especially, the financing model adopted.

**Key words:** Expansion, Private higher education, Minas Gerais.

## Introdução

O predomínio do setor privado na educação superior brasileira não é recente, o setor expandiu, consideravelmente, a partir de fins da década de 1960 com o apoio fundamental dos governos civil-militar (Cunha, 2003; Sguissardi, 2008; Martins, 2009). No estado de Minas Gerais (MG), o movimento de expansão acompanhou a tendência de privatização nacional e a oferta nas instituições privadas de educação superior passou a responder por 70% do total das matrículas, invertendo as posições do atendimento público<sup>1</sup> em relação ao privado. Contudo, foi na década de 1990, que o crescimento privado da matrícula na educação superior se tornou elemento fundamental da reforma administrativa do Estado brasileiro e o atendimento à demanda pela via da oferta privada, modelo predominante (Cunha, 2003; Mancebo & Vale, 2013; Sguissardi, 2008). Os processos de regularização de fluxo na educação básica, a estratégia política de ganhos de eficiência na gestão educacional e as exigências de restrição do gasto público impulsionaram, nesse período, o crescimento da matrícula e do número de Instituições Privadas de Ensino Superior (IPES) (Sampaio, 2011).

O tipo de instituição responsável pela matrícula é um indicador relevante do modelo de organização e financiamento do setor privado. No Brasil, até a primeira metade da década de 1970 a expansão do setor privado ocorreu predominantemente por meio dos estabelecimentos isolados de pequeno porte. Segundo Martins (2009), a organização institucional do setor começou a se alterar na segunda metade dos anos de 1970, com o surgimento de federações de faculdades particulares a partir da fusão de alguns estabelecimentos isolados. Em meados da década de 1980 ocorre um movimento de transformação em universidades dessas federações e estabelecimentos isolados (Martins, 2009). Desse modo, a dinâmica de crescimento do setor privado envolveu a expansão de Instituições Privadas Universitárias (IPU), capazes de garantir economia de escala em relação às instituições isoladas. Nos anos de 1990, mudanças na legislação promoveram uma diferenciação institucional no setor privado, as instituições passaram a ser classificadas como privadas *stricto sensu* e privadas sem fins lucrativos (filantrópicas, comunitárias e confessionais), com isso, apenas as instituições sem fins lucrativos poderiam ter isenções tributárias e receber recursos públicos, enquanto as privadas no sentido estrito ficariam submetidas ao regime de legislação mercantil, quanto aos encargos fiscais, parafiscais e trabalhistas.

---

<sup>1</sup> Em 1964 estavam matriculados na educação superior pública 9.136 alunos. As IES públicas respondiam por 65,3% do total das matrículas no estado (Sinopse da Educação Superior/INEP/MEC).

Na primeira década dos anos 2000 o crescimento do setor educacional privado teve o apoio fundamental de alguns instrumentos legais, como por exemplo: a Lei n. 10.260/2001, que cria o Fundo de financiamento Estudantil (FIES); o Decreto n. 4.914, de 11/12/2003, que concede autonomia aos centros universitários; o Decreto n. 5.622, de 19/12/2005, que regulamenta a educação a distância (EaD); e a Medida Provisória n. 213 de 2004, transformada em Lei n. 11.096/2005 que instituiu o Programa Universidade Para Todos – ProUni. A adesão a este Programa por qualquer instituição privada, com ou sem fins lucrativos, propiciou isenção fiscal de importantes tributos pelas IES mercantis (Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e a Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS).

Oliveira (2009) ao analisar as mudanças recentes no modelo de financiamento do setor privado lucrativo de educação superior destaca o crescimento de grandes conglomerados com suporte no mercado de ações. Nesta direção, o presente estudo busca analisar o crescimento do setor privado de educação superior, em especial, as particularidades da expansão e dos modelos de financiamento das IPES no Estado de Minas Gerais. Com base na pesquisa bibliográfica e documental o estudo indaga sobre as características do crescimento da educação privada, tendo por referência o movimento ocorrido no estado de Minas Gerais. As questões que orientam o trabalho abordam o tipo de instituição privada que se encontra em crescimento e, especialmente, o modelo de financiamento adotado. Para além dessas considerações o trabalho proposto tem como objetivo contribuir no debate atual sobre a democratização da educação e que situa a educação superior como um bem público e não simplesmente um bem mercantil a ser transacionado no mercado.

## **1. Panorama da educação superior privada em Minas Gerais**

No Estado de Minas Gerais, no ano de 2000, o Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP] (2000) registrou 154.201 alunos matriculados no ensino superior privado, sendo que 49.591 (32,15%) em instituições localizadas na capital e 104.610 (67,85%) em instituições no interior do estado. Em 2010, do total de 426.092 matrículas privadas, 284.318 (66,72%) estavam em instituições localizadas em cidades do interior. No segundo estado

brasileiro em população, são mais de 20 milhões de habitantes, a Sinopse Estatística da Educação Superior de 2016 (INEP, 2017) confirma a crescente expansão da educação superior privada, do total de 817.164 estudantes matriculados em cursos de graduação presenciais e a distância, 615.599 (75,3%) estão em IES privadas, sendo que dos 668.051 matriculados em cursos presenciais nessas instituições, 191.066 (28,6%) estão matriculados na capital de Minas Gerais e 476.985 (71,4%) em cidades do interior, ampliando a tendência com relação à interiorização da matrícula e a busca por novos mercados observada no início dos anos 2000.

As sinopses divulgadas pelo INEP (2015, 2016) não discriminam as matrículas nas regiões metropolitanas e as IES aí localizadas aparecem como matrículas em cidades do interior. O estado de Minas Gerais possui 853 municípios distribuídos em 12 mesorregiões e, em 2013, conforme dados divulgados pelo Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior [SEMESP] (2015), as mesorregiões de Belo Horizonte (BH) e a do Triângulo Mineiro (TM) concentraram 56,2% das matrículas presenciais do estado, sendo: 205.632 em IES privadas e 58.441 matrículas em instituições públicas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH); e, 60.590 em IES privadas e 30.120 na rede pública na região do TM. Apesar da RMBH, com 4,8 milhões de pessoas, concentrar apenas 25% da população do Estado, é a que apresenta o maior Índice Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Minas Gerais<sup>2</sup>.

**QUADRO 1 – DISTRIBUIÇÃO DA MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA  
CONFORME AS MESORREGIÕES DE MINAS GERAIS - 2015**

MESORREGIÃO	MUNICÍPIOS	MATRÍCULAS PRESENCIAIS	IES
CAMPO DAS VERTENTES	36	23.770	13
CENTRAL MINEIRA	30	5.200	8
JEQUITINHONHA	51	5.588	7
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE	105	264.073	110

<sup>2</sup> Em 2000 o IDHM registrado na RMBH foi de 0,682, considerado médio, em 2010 o Índice subiu para 0,774, classificado, portanto, como um índice alto. A RMBH é a 4ª melhor entre as regiões metropolitanas do país, ficando atrás somente da RM São Paulo (0,794), da RM do DF (0,792) e da RM Curitiba (0,783). Na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba a média em 2010 foi de 0,712. Fundação João Pinheiro [FJP] (2014). Recuperado em 06 abril, 2016 de <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/noticias-em-destaque/3101-atlas-das-regioes-metropolitanas-apresenta-indice-de-desenvolvimento-humano-municipal-de-16-rms-brasileiras>.

NOROESTE DE MINAS	19	9.799	11
NORTE DE MINAS	89	35.655	25
OESTE DE MINAS	44	26.455	24
SUL/SUDOESTE DE MINAS	146	57.693	53
TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA	66	90.710	39
VALE DO MUCURI	23	7.931	7
VALE DO RIO DOCE	102	37.461	28
ZONA DA MATA	142	66.904	50

FONTE: EXTRAÍDO DO MAPA DO ENSINO SUPERIOR 2015.

No Estado de MG as matrículas se concentram nas faculdades e centros universitários<sup>3</sup>, juntas, essas instituições detêm 77,5% das matrículas, enquanto universidades privadas aparecem com 22,5% das matrículas presenciais (INEP, 2014). A expansão no estado ocorre, em grande medida, pela via das instituições não universitárias, mais precisamente, por meio das faculdades.

QUADRO 2 – CRESCIMENTO DA MATRÍCULA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA EM MINAS GERAIS

Anos	Total da matrícula presencial pública e privada no estado	IPU	Fac. Integradas/Centros Universitários Privados	IES isoladas privadas/Faculdades Privadas
<b>1995</b>	162.349	29.316	11.028	61.954
<b>2000</b>	239.456	56.328	46.352	51.521
<b>2005</b>	466.910	154.223	91.642	125.977
<b>2010</b>	599.133	119.416	87.190*	219.486**
<b>2011</b>	581.457	120.526	89.258	222.601
<b>2013</b>	631.238	112.668	99.487	251.783
<b>2014</b>	665.592	108.671	114.773	259.986
<b>2015</b>	677.478	108.043	146.348	262.335
<b>2016</b>	668.051	104.169	115.680	254.761

<sup>3</sup> As matrículas presenciais nos centros universitários totalizaram 114.773 (23,7%), nas faculdades 259.986 (53,8%) e as universidades privadas 108.671 (22,5%) (MEC/INEP, 2014).

Fonte: Censo da Educação Superior. Elaboração dos autores.

\* A partir de 2010 somente Centros Universitários

\*\* A partir de 2010 somente Faculdades

No período de 1995 a 2005 o crescimento das matrículas presenciais na educação superior no estado de Minas Gerais foi de 287,5%. Nesse mesmo período, conforme demonstra o Quadro 2 as matrículas nas universidades privadas cresceram 526%. A partir de 2005 essa tendência na expansão do ensino superior privado se modifica e passamos a observar um crescimento exponencial das matrículas privadas em instituições de educação superior isoladas. De 2005 a 2010 este crescimento foi na ordem de 174,2%, superando o número de alunos matriculados em instituições universitárias. O Censo de 2010 não computa matrículas em faculdades integradas, pois tal modalidade de instituição deixou de existir com o decreto n. 5.773 de 2006, que passa a estabelecer três tipos de organização para as IES privadas: universidades, centros universitários e faculdades.

Cabe ainda destacar a queda no número de matrículas em 2016, certamente reflexo da crise econômica e política de 2015, as instituições privadas registraram queda de aproximadamente 4% no número de matrículas nas universidades privadas, 21% nos centros universitários e 3% nas faculdades privadas.

QUADRO 3 - CRESCIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA EM MINAS GERAIS

<b>Anos</b>	<b>Total de IES Privadas no estado</b>	<b>IPU</b>	<b>Faculdades Integradas/Centros Universitários Privados</b>	<b>IES isoladas privadas e Faculdades</b>
<b>1995</b>	103	04	06	93
<b>2000</b>	118	08	11	99
<b>2005</b>	271	09	25	237
<b>2010</b>	342	09	16	317
<b>2011</b>	327	09	16	302
<b>2013</b>	315	09	16	290
<b>2014</b>	288	09	17	262
<b>2015</b>	280	09	18	253
<b>2016</b>	276	09	19	248

Fonte: Censo da Educação Superior – Elaboração dos autores.

Como se observa no Quadro 3, em 2016 foi contabilizado 276 IES privadas no estado, representando 11,46% do total nacional de 2407 IES. No quesito quantidade de IES privadas o estado de Minas Gerais só perde para São Paulo que registrou nesse mesmo ano 510 IES. O Censo de 2016 registra a existência de 22.611 cursos de graduação presenciais em IES privadas em todo o país, se comparado à oferta registrada em 2005, o crescimento foi de 10% (INEP, 2005, 2016). O estado de Minas Gerais apresentou um crescimento de 16,69% no mesmo período, passando de 1.958 para 2.350 cursos em IES privadas (INEP, 2016).

Se autores como Oliveira (2009), Chaves (2010) e Sguissardi (2015) atentam para a concentração das instituições de educação superior em grandes conglomerados, os dados do Censo da Educação Superior (Quadro 02), por sua vez, reiteram a participação preponderante de IES na modalidade faculdades privadas em Minas Gerais. A nosso ver essa dinâmica requer maior atenção dos pesquisadores na área. Costa (2009) ao analisar a composição societária das IES privadas, constante na Junta Comercial de Minas Gerais, verifica que muitas das Instituições Mantenedoras, informadas ao Ministério da Educação, tinham em sua composição societária pessoa jurídica de direito privado, denominadas pela autora como “mantenedoras das mantenedoras”.

Os dados de 2010 a 2016 demonstram uma diminuição do número de faculdades em Minas Gerais, são 69 faculdades a menos. No mesmo período, o número de universidades permanece inalterado, assim como o número de centros universitários, que de 16 instituições em 2010 passa a 19 em 2016. Pesquisa realizada no portal *e-MEC* do Ministério da Educação [MEC] (2016) que disponibiliza dados oficiais e informações relativas às IES e cursos de graduação do Sistema Federal de Ensino<sup>4</sup> foi possível deduzir que essa redução ocorreu, em sua grande maioria, por solicitação de descredenciamento da própria IES, é o caso, por exemplo, das Faculdades Presidente Antônio Carlos localizadas em diversos municípios mineiros<sup>5</sup>, apenas 03 instituições foram extintas por unificação.

Contudo, conforme ressaltado anteriormente, os dados disponibilizados no portal *e-MEC* (MEC, 2016) demonstram a vinculação das IES a partir das entidades

---

<sup>4</sup> Ver “Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados”. Recuperado em 09 abril, 2016 de <http://emec.mec.gov.br/>.

<sup>5</sup> Em 2009 o e-MEC computou 101 IES vinculadas à Fundação Presidente Antônio Carlos, a pesquisa atual informa 40 IES ativas e 66 extintas. Recuperado em 09 abril, 2016 de <http://emec.mec.gov.br/>.

mantenedoras, com isso é possível verificar o quantitativo de instituições vinculadas a uma mesma mantenedora, mas não permite verificar a situação apontada por Costa (2009) da existência de “mantenedora das mantenedoras”, como é o caso das grandes *holdings* como a Kroton Educacional, o Grupo Anima Educação S.A e o Grupo Splice<sup>6</sup>.

## **2. Os estudos sobre a educação superior privada em Minas Gerais**

Os trabalhos que abordam a expansão da educação superior privada em Minas Gerais, sobretudo, sobre o crescimento das IES no estado são ainda incipientes. O levantamento bibliográfico nos permite afirmar que a produção acadêmica é bastante pequena e os trabalhos que tratam das IES privadas foram desenvolvidos principalmente no Mestrado Profissional em Administração da Fundação Pedro Leopoldo. Na pesquisa bibliográfica localizamos 06 (seis) dissertações de mestrado profissional, 02 (dois) artigos publicados na Revista Gestão & Tecnologia<sup>7</sup> e 01 (um) trabalho publicado em anais de evento.

Dos trabalhos localizados que tratam especificamente das IES privadas no estado de Minas Gerais destacamos o estudo de Ferreira (2011) que analisa as possibilidades de alianças estratégicas entre IPES na perspectiva de melhoria do desempenho e competitividade das instituições. O trabalho analisa a expansão vertiginosa do ensino superior no Brasil a partir de 2000 e sua repercussão no município de Montes Claros, localizado no Norte de Minas Gerais, indaga também sobre a ausência de conhecimento acerca das parcerias entre as IES no estado.

O estudo de Macedo (2011) trata das estratégias adotadas pelas instituições de ensino superior da rede privada face às mudanças econômicas e políticas ocorridas desde a segunda metade do século XX, mudanças essas, que também atingiram as organizações da área educacional. Segundo o autor, as medidas implantadas a partir de 1996 visaram, por um lado, ampliar as oportunidades educacionais para novos segmentos da população e, por outro lado, o aumento do número e das características das instituições de ensino superior. Daí a necessidade de analisar as estratégias adotadas por essas instituições para enfrentar as pressões da competitividade advindas das mudanças no contexto da educação. A partir do levantamento de dados secundários no

---

<sup>6</sup> O Grupo SPLICE atua em diferentes áreas: imobiliária, infraestrutura, educação e tecnologia. Em 2008, adquiriu o Centro Universitário Newton de Paiva. Recuperado em abril, 2016 de <http://newtonpaiva.br/newton-paiva/grupo-splice>.

<sup>7</sup> Revista do Mestrado Profissional em Administração da Fundação Pedro Leopoldo, classificada no Qualis/Capes com B2.

site do INEP, nos relatórios de três grupos de instituições de ensino superior – Kroton Educacional, Grupo Anima, Grupo Splice -, em relatórios de pesquisas e dados de consultores da área, o estudo aborda a questão das fusões, aquisições e abertura de capital, consideradas pelo autor com “uma das estratégias que caracterizam o momento atual e determinam o surgimento de novas formas de gestão que vêm sendo adotadas” (p. 88) pelas IES privadas em Minas Gerais. Para Macedo (2011) as instituições estudadas se consideram empresas de educação e expressam a necessidade de obter lucros e garantir a produtividade tal como as empresas de outros setores, adotam medidas que “visam evitar prejuízos” como “a venda de propriedades subutilizadas, dispensa de profissionais e terceirizações” e buscam adotar “estruturas organizacionais mais simples” e manter um “corpo docente e administrativo enxuto” (p. 78). Ainda segundo o autor, as estratégias adotadas pelas instituições, embora diferentes, “são focadas na distribuição mais racional das tarefas tanto administrativa quanto de ensino” (p. 5) e buscam acompanhar as contínuas mudanças no ambiente do ensino superior do país, daí a necessidade de estudos para acompanhar estes processos.

Também nesta direção destacamos o artigo de Paiva, Barbosa, Gonçalves e Costa (2014) que propõe analisar o desempenho financeiro de nove instituições de ensino superior situadas em Minas Gerais e São Paulo. Os autores consideram que as instituições de ensino superior têm assumido cada vez mais “um importante papel no desempenho econômico-financeiro de uma nação” (p. 2), no caso brasileiro, nas últimas décadas tem se observado o crescimento deste segmento educacional, pautado no investimento de grandes grupos educacionais privados que, com o acirramento da competição entre as instituições, vêm adquirindo outras IES e padronizando a prestação dos serviços ofertados. Os autores propõe realizar um estudo do desempenho financeiro dos grandes *players* da educação entre os anos de 2006 e 2009 para verificar o comportamento financeiro dessas instituições, e, com isso “compreender a consolidação deste novo fenômeno, em que grandes *players* e instituições mais tradicionais estão se desenvolvendo perante outras instituições menores, que surgiram no “boom” da LDB de 1996” (Paiva *et al.*, 2014, pp. 70-71). Trata-se, conforme ressaltam, de um estudo multicaso exploratório do desempenho financeiro de nove instituições privadas de ensino superior: Centro Universitário UNA, Centro Universitário Unimonte, Centro Universitário UNIBH, Kroton Educacional S.A, Anhanguera, Sistema Educacional Brasileiro S.A. - SEB-COC, Estácio de Sá, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUCMINAS e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP. O

estudo conclui que, no geral, os grandes *players* no segmento da Educação Superior têm apresentado um desempenho financeiro satisfatório. Também se observa que as pequenas instituições criadas pós LBD de 1996 estariam desaparecendo frente ao crescimento de grandes grupos educacionais, que podem comprá-las ou simplesmente se sobrepõem às pequenas IES. Ainda a título de conclusão os autores apontam que “este novo cenário deve ser estudado com cautela pelas instituições de ensino ainda atuantes, bem como por empresários que possuem interesse de investir no setor”. Em longo prazo, a perspectiva é a segmentação em dois grandes grupos: o das instituições federais de ensino superior (junto dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET -, e das instituições estaduais e municipais) e dos grupos educacionais do ensino superior privado, se configurando assim em um novo rearranjo da Educação Superior no Brasil (Paiva *et al*, 2014, p. 97).

Outro estudo que busca analisar comparativamente o desempenho econômico-financeiro de IES privadas é desenvolvido por Moreira (2010). Este autor investiga os reflexos financeiros produzidos pela opção das IPES de serem com ou sem fins lucrativos, principalmente, após criação em 2005 do Prouni. Tendo como referência duas grandes IPES de Minas Gerais, a Pontifícia Universidade Católica (PUC-Minas) sem fins lucrativos e a Kroton Educacional S.A com finalidade lucrativa e capital aberto, os objetivos específicos do estudo consistem em: analisar a aplicação das obrigatoriedades legais para apuração dos indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade das duas instituições; verificar os efeitos da natureza financeira do resultado sobre os indicadores apurados; por fim, apurar os efeitos da destinação do resultado financeiro como vantagem competitiva (Moreira, 2010, p. 17). O trabalho conclui a partir da comparação das duas “unidades de análise” que as entidades sem fins lucrativos são as que apresentam melhor tendência patrimonial e financeira futura, pois são estas entidades que “devem obrigatoriamente reinvestir o superávit da atividade, não sendo permitido qualquer tipo de distribuição de resultado” (p. 72). Contudo, aponta que “as transformações, historicamente ocorridas no Brasil, de entidades ‘sem’ em ‘com’ finalidade lucrativa, dentre elas a da Kroton Educacional, refletem a realidade do mercado de livre iniciativa privada, no qual se enquadram as instituições educacionais, passando os donos do capital próprio a terem autonomia na distribuição de eventuais resultados, sejam estes sociais ou simplesmente remuneratórios” (p. 72). Também conclui que a pesquisa por se tratar de estudos de caso possui limitações face, principalmente, às constantes mudanças que vêm passando as IPES no Brasil.

O trabalho de Carvalho & Cunha (2010) publicado em anais de evento busca investigar as “Particularidades de Minas Gerais no processo de mercantilização do Ensino superior” a partir dos dados sobre a expansão e mercantilização presentes na interiorização do ensino superior em Minas Gerais, particularizando, o estudo da expansão dos cursos em Serviço Social. Os autores afirmam que no estado, como em todo território nacional, as determinações internacionais, mediadas pela intervenção do Estado brasileiro, propiciaram a criação de um vasto campo de investimentos na educação superior privada. No caso de Minas Gerais, os serviços educacionais compõem uma estratégia de retomada do crescimento econômico e ampliação de investimentos para o setor de serviços. Com base nisso, destacam a importância de se estudar como determinadas peculiaridades do estado, como por exemplo, a tradição municipalista e os grupos políticos locais, se relacionam com a expansão da educação superior.

Com relação aos demais trabalhos tem-se o trabalho de Moreira (2008) que analisa a formação da cultura organizacional do Centro Universitário Unileste, localizado na região leste de MG, na percepção dos seus dirigentes e professores. O estudo de Oliveira (2008) por sua vez, analisa a implantação e avaliação do Instituto Metodista Izabela Hendrix, localizado em Belo Horizonte e a sua contribuição para o desenvolvimento da educação superior no referido município. Já o trabalho desenvolvido por Brito (2010) busca avaliar se o conhecimento do corpo docente das IES privadas tem sido utilizado para a melhoria das práticas de gestão nessas instituições.

Além dos trabalhos acadêmicos, cabe destacar a existência de alguns materiais produzidos com o intuito de orientar o crescimento do setor de ensino superior privado no âmbito dos estados. Trata-se, basicamente, de dados e informações mercadológicas destinadas a orientar a tomada de decisões de empresários e investidores do setor (CM Consultoria, 2009; Hoper, 2011; Semesp, 2015).

A pequena produção acadêmica sobre a expansão e o crescimento do setor privado de educação superior no estado de Minas Gerais, em especial, sobre as particularidades dessa expansão, o seu financiamento, modelos de gestão e de regulação motivam a realização de pesquisas que possam ampliar e aprofundar o conhecimento sobre essas temáticas, tendo em vista principalmente, o desafio da democratização da educação superior no estado. Nesta direção, a busca bibliográfica realizada no Portal da Capes de teses e dissertações e em periódicos importantes da área educacional, em

particular, da área de educação superior e utilizando como descritores os termos: Instituições Privadas de Educação Superior, o público e o privado na educação superior, expansão da educação/ensino privado e concentração da educação superior, revelou a escassez de estudos sobre a realidade mineira.

Os trabalhos analisados nesta breve revisão são, em sua maioria, resultados de dissertações de um curso de mestrado profissional na área de Administração. Os estudos trazem contribuições importantes para a compreensão das mudanças que vêm ocorrendo nas instituições privadas com as reestruturações administrativas em decorrência da implantação das governanças corporativas, do desempenho econômico-financeiro com as incorporações/fusões e abertura de capital e atuação das IES no mercado financeiro, etc.. Contudo, os estudos carecem de uma análise que problematize essas mudanças tendo como pano de fundo as novas configurações do capitalismo sob a égide do capital financeiro que, conforme sustenta Leher (2015, p.32) tem reposicionado o serviço educacional transformando-o em um “novo continente de extração de mais-valor”.

### 3. Concentração da educação superior em Minas Gerais

Dois movimentos concomitantes têm caracterizado a recente expansão da educação superior privada no Brasil, de um lado, a financeirização do setor privado, com forte presença do capital estrangeiro, de outro, a concentração das empresas educacionais, formando grandes conglomerados educacionais (Chaves, 2010; Santos, 2013; Sguissardi, 2015).

O Ministério da Educação por meio do portal *e-MEC* (MEC, 2016) informa as características das instituições mantenedoras com o maior número de IES por elas mantidas no Estado de Minas Gerais, mas conforme já ressaltado, não informa a mantenedora das mantenedoras. O quadro abaixo apresenta as principais mantenedoras de instituições privadas em MG.

QUADRO 04 - PRINCIPAIS MANTENEDORAS DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA EM MG 2009/2015

Mantenedora	UF da sede	Categoria Administrativa	Número de IES	
			2009	2015
FUNDAÇÃO PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS	MG	Privada sem fins lucrativos	101	40
ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA DO BRASIL - SOEBRAS	MG	Privada sem fins lucrativos	15	11
INSTITUTO DOCTUM DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA.	MG	Privada com fins lucrativos	11	3
PITÁGORAS - SISTEMA DE EDUCAÇÃO	MG	Privada com	10	13

SUPERIOR SOCIEDADE LTDA.		fins lucrativos		
INSTITUTO EDUCACIONAL SANTO AGOSTINHO LTDA.	MG	Privada sem fins lucrativos	7	8

Fonte: E-MEC e elaboração dos autores.

Destaca-se do conjunto dessas instituições a Fundação Presidente Antônio Carlos que ainda controla 40 instituições de educação superior, sendo apenas uma delas universitária e todas as demais faculdades. Os dados do *e-Mec* também informa a categoria administrativa do conjunto das IES do estado, das 288 IES privadas, 109 são instituições com finalidade lucrativa, ou seja, 37,8% do total de IES privadas do estado.

O quadro acima não informa sobre as IES com sede em outros estados e que atuam nos municípios mineiros, contudo, nos 234 municípios que, conforme consta no *site* do *e-MEC* (MEC, 2016), possuem algum tipo de IES, sejam públicas ou privadas, se verifica a presença de grandes grupos de educação superior de outros estados da federação, como por exemplo, a Universidade Paulista (Unip) que vem atuando em 77 municípios mineiros, a Universidade Norte do Paraná (Unopar)<sup>8</sup> com polos de educação a distância em 60 municípios e o Centro Universitário Internacional (Uninter) com sede em Curitiba, com IES em 39 cidades mineiras. Também merece destaque a presença, em Minas Gerais, da Universidade Metropolitana de Santos e da Universidade Castelo Branco, com sede na cidade do Rio de Janeiro. A Unip, a Unopar e o Uninter, juntas, possuem no estado 176 IES, ou seja, 61% do total de IES privadas. No caso da Unopar são polos de EAD, quanto às outras duas IES é preciso aprofundar a pesquisa para identificar se se trata exclusivamente de unidades de educação presencial ou mesclam unidades presenciais com polos de EAD.

Ainda com relação às informações sobre as maiores mantenedoras em número de IES com sede e atuação em Minas Gerais, em particular, aquelas com finalidades lucrativas, temos duas situações distintas: a do Instituto Doctum de Educação e Tecnologia Ltda, que em 2009 tinha 11 IES e em 2016 apenas 03; e a do Pitágoras - Sistema de Educação Superior Sociedade Ltda, que possuía 10 IES em 2009 e em 2016 passar a contar com 13 instituições. A partir dos dados do *e-MEC* não foi possível esclarecer se a redução de IES do Instituto Doctum ocorreu em decorrência do descredenciamento das instituições ou por incorporação à outra mantenedora. Já com relação ao Pitágoras, o acréscimo se deu por incorporação/aquisição das três IES, uma delas a Faculdade Tecnológica – INED.

<sup>8</sup> A Unopar foi adquirida pela Kroton Educacional em dezembro de 2011.

Conforme já ressaltado, o instrumento do MEC não consegue expressar o movimento e as dinâmicas de crescimento das IES privadas, exemplo disso, as mudanças ocorridas no Pitágoras - Sistema de Educação Superior Sociedade Ltda, que de “cursinho” pré-vestibular criado em 1966 por "cinco jovens amigos" (Kroton, 2014), na cidade de Belo Horizonte, se transformou com as inúmeras aquisições e incorporações de IES, principalmente, após abertura capital no mercado financeiro, em uma das maiores instituições de ensino superior do mundo.

A Kroton Educacional é a expressão máxima dos dois movimentos que têm, na atualidade, caracterizado a recente expansão da educação superior privada no Brasil: a financeirização do setor privado, com forte presença do capital estrangeiro; e a concentração das empresas educacionais, formando grandes conglomerados educacionais. A fusão da Kroton com Anhanguera Educacional, ocorrida em abril de 2013 e aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em maio de 2014, criou o maior grupo privado educacional do mundo. Juntas, a kroton e a Anhanguera passaram a deter "mais de 800 unidades de ensino superior e 810 escolas associadas distribuídas por todos os Estados brasileiros, englobando um universo de aproximadamente um milhão de alunos no segmento de educação superior, educação profissional e outras atividades associadas à educação no Brasil". O negócio ocorreu por meio de troca de ações e foi estimado em R\$ 5 bilhões, com o valor de mercado das duas companhias estipulado em R\$12 bilhões (Kroton, 2013).

### **Considerações finais**

O panorama da educação superior privada apresentado neste trabalho teve como objetivo principal compreender as mudanças substantivas nas dinâmicas de crescimento da educação superior, em particular, as especificidades desse movimento em Minas Gerais. À luz da pesquisa bibliográfica e documental foi possível constatar as limitações da pequena produção acadêmica sobre esta temática no estado, bem como a incapacidade dos instrumentos oficiais de informação e regulação em processar as alterações reais ocorridas nas IES privadas.

É importante ressaltar, assim como faz Leher (2015, p.32) que a expansão privada em Minas Gerais vem contando, fundamentalmente, com recursos públicos para favorecer “o controle da educação pelas finanças”. As transformações recentes na educação superior mineira estariam, portanto, sintonizadas às novas demandas de produção e reprodução do sistema capitalista em crise e hegemônico pelo capital

financeiro. Para este autor o “fulcro da mercantilização e da financeirização” nas instituições privadas está no Programa Universidade para Todos e no Fundo de Financiamento Estudantil. Em Minas Gerais, o número de contratos firmados com o FIES em 2015 correspondeu, aproximadamente, 52% do total das matrículas nas IES privadas. No caso específico da Kroton, 60% das matrículas presenciais são financiadas pelo Fundo.

Por fim, cabe ainda ressaltar, que o trabalho encontra-se em andamento, sendo necessário ampliar a coleta de dados e aprofundar as análises sobre as transformações que vêm ocorrendo na educação superior brasileira, em particular em Minas Gerais, e ao mesmo tempo, contribuir para o debate que busca situar a democratização da educação enquanto bem público e não simplesmente como uma mercadoria de baixa qualidade para a maioria dos jovens que anseiam por um porvir melhor.

### **Referências bibliográficas**

Brito, E. R. (2010). *A utilização do conhecimento do corpo docente na melhoria da gestão das instituições de ensino superior privadas*. Dissertação de Mestrado Profissional, Fundação Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, MG, Brasil.

Chaves, V. L. J. (2010). Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação de oligopólios. *Revista Educação & Sociedade*, 31(111), 481-500. Recuperado em 15 abril, 2014 de <http://www.cedes.unicamp.br>.

CM Consultoria. (2009). *Estudos de mercado - Brasil – Minas Gerais - Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 2009. Recuperado em 20 abril, 2016 de <http://www.cmconsultoria.com.br/arquivos/EstudosDeMercadoMinasGerais.pdf>.

Costa, K. S. (2009). *Transnacionalização da educação superior: reflexos do Acordo Geral de comércio de Serviços na regulação normativa transnacional da educação superior brasileira*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Cunha, L. A. (2003). O ensino superior no octênio FHC. *Revista Educação & Sociedade*, 24(82), 37-61. Recuperado em abril, 2003 de <http://www.cedes.unicamp.br>.

Ferreira, E. A. A. (2011). *Alianças Estratégicas entre Instituições de Ensino Superior Privadas: É Possível Torná-las mais Competitivas?* Dissertação de Mestrado Profissional, Fundação Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, MG, Brasil.

Fundação João Pinheiro [FJP] (2014). *Atlas das Regiões Metropolitanas*. Recuperado em 11 março, 2016 de <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/noticias-em-destaque/3101-atlas-das-regioes-metropolitanas-apresenta-indice-de-desenvolvimento>.

Hoper (2011). *Análise de Mercados*. Recuperado em 10 junho, 2014 de <http://www.hoper.com.br/analise-mercado.php>.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP] (2000). *Censo da Educação Superior 2000*. Brasília, Brasil.

INEP (2010). *Censo da Educação Superior 2010*. Brasília, Brasil.

INEP (2011). *Censo da Educação Superior 2011*. Brasília, Brasil.

INEP (2013). *Censo da Educação Superior 2012*. Brasília, Brasil.

INEP (2015). *Censo da Educação Superior 2014*. Brasília, Brasil.

INEP (2017). *Censo da Educação Superior 2016*. Brasília, Brasil

Kroton Educacional S.A. (2013). *Fato Relevante*. Recuperado em 22 julho, 2014 de [file:///C:/Users/User/Downloads/Fato%20Relevante%20Associacao\\_Final\\_PDF\\_%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/Fato%20Relevante%20Associacao_Final_PDF_%20(2).pdf).

KE. (2014). *Histórico*. Recuperado em 10 junho, 2014 de <http://www.kroton.com.br/>.

Leher, R. (2015). Crise universitária, crise do capital. *Margem Esquerda. Ensaios Marxistas*, 25, 27-35.

Mancebo, D. & Vale, A. A. (2013). Expansão da educação superior no Brasil e a hegemonia privado-mercantil: o caso da UNESA. *Revista Educação & Sociedade*, 34(122), 81-98.

Macedo, R. Z. (2011). *Estratégias adotadas pelas instituições de ensino superior da rede privada face às transformações no início do século XXI*. Dissertação de Mestrado Profissional, Fundação Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, MG, Brasil.

Martins, C. B. (2009). A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior no Brasil. *Revista Educação & Sociedade*, 30(106), 15-35. Recuperado em abril, 2013 de <http://www.cedes.unicamp.br>.

Ministério da Educação [MEC] (2016). *Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados*. Brasília, Brasil. Recuperado em 09 abril, 2016 de <http://emec.mec.gov.br/>.

Moreira, M. S. (2010). *Desempenho econômico-financeiro das IES: instituições de ensino superior privado. Uma análise comparativa entre entidades com e sem fins-lucrativos*. Dissertação de Mestrado Profissional, Fundação Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, MG, Brasil.

Moreira, N. C. (2008). *UNILESTE: cultura organizacional e identidade*. Pedro Leopoldo: FPL, 2008. Dissertação de Mestrado Profissional, Fundação Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, MG, Brasil.

Oliveira, L. L. (2008). *Instituto Metodista Izabela Hendrix na educação superior: implantação e avaliação*. Pedro Leopoldo: Dissertação de Mestrado Profissional, Fundação Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, MG, Brasil.

Oliveira, R. P. (2009). A transformação da educação em mercadoria no Brasil. *Revista Educação & Sociedade*, 30(108), 739-760. Recuperado em 16 maio, 2013 de <http://www.cedes.unicamp.br>.

Paiva, R. C. V., Barbosa, F. V., Gonçalves, R. G., & Costa, D. M. (2014). Educação Superior Privada: Um Estudo do Desempenho Financeiro em nove Instituições de Ensino Superior. *Revista Gestão & Tecnologia*, 14(1), 68-99. Recuperado em 29 fevereiro, 2016 de <http://revistagt.fpl.edu.br/get/article/viewFile/452/503>.

Sampaio, H. (2011). O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. *Revista Ensino Superior Unicamp*. Recuperado em 11 março, 2016 de <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/o-setor-privado-de-ensino-superior-no-brasil-continuidades-e-transformacoes>.

Santos, M. R. S. (2013). Dinâmicas de expansão e avaliação de políticas públicas em educação superior no Brasil nos anos recentes. *Anais do XXIX Congresso Internacional da Associação Latino Americana de Sociologia*, Santiago, Chile, 29.

Sguissard, V. (2008). Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio do privado/mercantil e desafios para a regulação e formação universitária. *Revista Educação & Sociedade*, 29(105), 991-1022. Recuperado em maio, 2013 de <http://www.cedes.unicamp.br>.

Sguissard, V. (2015). Educação superior no brasil. Democratização ou massificação mercantil? *Revista Educação & Sociedade*, 36(133), 867-889.

Sindicato Das Mantenedoras De Ensino Superior [SEMESP] (2015). *Mapa do Ensino Superior 2015*. São Paulo, Brasil.